

***CGD Investimentos Corretora de
Valores e Câmbio S.A.***

*Demonstrações Financeiras
Referentes aos Semestre e Exercício Findos
em 31 de Dezembro de 2014 e
Relatório dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. (“Corretora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração da Corretora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Corretora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração da Corretora, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

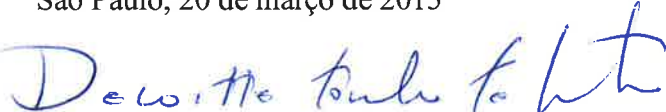
Opinião


Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, os conselheiros da Corretora aprovaram em 2014 o acordo operacional com a Octo Corretora, objetivando a integração de sua plataforma com a plataforma da Octo Corretora, o qual está inserido no processo de aquisição de uma participação de 51% pela Corretora no capital social da Octo Corretora, e a nova estratégia da companhia de redução gradativa dos negócios. Nossa opinião não está sendo ressalvada em função deste assunto.

São Paulo, 20 de março de 2015


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador
CRC nº1 PR 050377/O-6

CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
(Em milhares de reais)

	2014	2013		2014	2013
ATIVO			PASSIVO		
Circulante	83.559	159.350	Circulante	87.350	139.927
Disponibilidades	479	639	Obrigações por empréstimos	53.657	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	28.960	55.608	Empréstimos no Exterior	53.657	-
Aplicações no mercado aberto	3.201	4.891			
Aplicações em depósitos interfinanceiros	25.759	50.717	Outras obrigações	28.301	139.927
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	30.151	72.445	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	2	10
Carteira própria	5.962	59.102	Fiscais e previdenciárias	1.352	2.399
Vinculados a prestação de garantias	13.513	13.343	Negociação e intermediação de valores	20.308	134.009
Instrumentos financeiros derivativos	10.676	-	Diversas	6.639	3.509
Operações de crédito	5	-	Instrumentos financeiros derivativos	5.392	-
Financiamentos de conta margem	6	-	Instrumentos financeiros derivativos	5.392	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1)	-			
Outros créditos	22.872	29.963	Exigível a longo prazo	18.929	24.175
Rendas a receber	207	1.082	Instrumentos financeiros derivativos	-	6.523
Negociação e intermediação de valores	17.356	25.895	Instrumentos financeiros derivativos	-	6.523
Diversos	5.309	2.986	Outras obrigações	18.929	17.652
Outros valores e bens	1.092	695	Fiscais e previdenciárias	18.013	16.714
Despesas antecipadas	1.092	695	Diversas	916	938
Realizável a longo prazo	31.662	35.819			
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6.438	6.499	Patrimônio líquido	14.364	38.689
Carteira própria	6.438	-	Capital social:	104.338	104.338
Instrumentos financeiros derivativos	-	6.499	De domiciliados no País	52.169	52.169
Operações de crédito	-	3.382	De domiciliados no Exterior	52.169	52.169
Financiamentos de conta margem	-	3.383	Prejuízos acumulados	(89.974)	(65.649)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(1)			
Outros créditos	25.224	23.989			
Diversos	25.224	23.989	Total do Passivo	120.643	202.791
Outros valores e bens	-	1.949			
Despesas antecipadas	-	1.949			
Permanente	5.422	7.622			
Investimentos	1	1.459			
Outros investimentos	1	1.459			
Imobilizado de uso	1.386	2.481			
Outras imobilizações de uso	4.938	4.748			
(-) Depreciação acumulada	(3.552)	(2.267)			
Diferido	-	185			
Gastos de organização e expansão	1.155	1.348			
(-) Amortização acumulada	(1.155)	(1.163)			
Intangível	4.035	3.497			
Gastos com aquisição e desenvolvimento de logícias	8.788	6.816			
(-) Amortização acumulada	(4.753)	(3.319)			
Total do Ativo	120.643	202.791			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 e semestre findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de reais)

	2014		2013
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Receitas da intermediação financeira	10.403	18.061	16.517
Rendas de operações de crédito	251	867	2.149
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.002	12.025	14.547
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5.151	5.169	(179)
Despesas da intermediação financeira	(8.514)	(8.514)	46
Resultado de Operações de Câmbio	(8.501)	(8.501)	-
(Provisão)/Reversão para créditos de liquidação duvidosa	(13)	(13)	46
Resultado bruto da intermediação financeira	1.889	9.547	16.563
Outras receitas (despesas) operacionais	(17.861)	(32.225)	(31.638)
Receitas de prestação de serviços	14.808	28.232	32.387
Despesas de pessoal	(9.624)	(18.740)	(18.521)
Outras despesas administrativas	(15.395)	(27.230)	(26.211)
Despesas tributárias	(1.543)	(2.828)	(3.914)
Outras receitas operacionais	1.389	2.791	781
Outras despesas operacionais	(7.496)	(14.450)	(16.160)
Resultado operacional	(15.972)	(22.678)	(15.075)
Resultado não operacional	(189)	(1.647)	(53)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(16.161)	(24.325)	(15.128)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(41.862)
Ativo fiscal diferido	-	-	(41.862)
Prejuízo do semestre / exercícios	(16.161)	(24.325)	(56.990)
Quantidade de ações do capital social - lote de mil	27.977	27.977	27.977
Prejuízo por lote de mil ações - em R\$	(0,58)	(0,87)	(2,04)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 e semestre findo em 31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	104.338	(8.659)	95.679
Prejuízo do exercício	-	(56.990)	(56.990)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	104.338	(65.649)	38.689
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	(56.990)	(56.990)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	104.338	(65.649)	38.689
Prejuízo do exercício	-	(24.325)	(24.325)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	104.338	(89.974)	14.364
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	(24.325)	(24.325)
Saldos em 30 de junho de 2014	104.338	(73.813)	30.525
Prejuízo do semestre	-	(16.161)	(16.161)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	104.338	(89.974)	14.364
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	(16.161)	(16.161)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (METÓDO INDIRETO)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 e semestre findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

	2014		2013
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do semestre/exercícios	(16.161)	(24.325)	(56.990)
Ajustes do prejuízo:			
Depreciação e amortização	553	1.517	2.006
Provisão para impairment do ativo permanente	865	865	-
Provisão/(Reversão) para créditos de liquidação duvidosa	13	13	(46)
Provisões para riscos	896	1.165	2.115
Provisões para outras despesas operacionais (Contratos onerosos / Retenção)	2.874	2.874	-
Despesa de juros e de variação cambial sobre empréstimos no exterior	8.657	8.657	-
Ativo fiscal diferido	-	-	41.862
Baixa de investimentos	-	1.458	-
Total dos ajustes	13.858	16.549	45.937
Prejuízo ajustado	(2.303)	(7.776)	(11.053)
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	709	-	13.018
Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	3.668	41.224	631
Redução em operações de crédito	2.698	3.365	3.935
Redução em outros créditos	12.122	5.869	166.222
Redução em outros valores e bens	2.073	1.552	1.159
(Redução) em outras obrigações	(133.815)	(113.879)	(167.686)
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	(114.848)	(69.645)	6.226
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	(178)	(190)	(1.419)
Aplicações no intangível	(598)	(1.973)	(2.151)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(776)	(2.163)	(3.570)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aumento em obrigações por empréstimos no exterior	45.000	45.000	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	45.000	45.000	-
Aumento (Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	(70.624)	(26.808)	2.656
No início dos semestre/exercícios	100.063	56.247	53.591
No fim dos semestre/exercícios	29.439	29.439	56.247

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013.

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

As operações da Corretora são conduzidas no contexto de um grupo de instituições que atuam de forma integrada no mercado financeiro e certas operações tem a co-participação ou a intermediação de instituições ligadas. A Corretora concentra suas operações em bolsas de valores e de mercadorias, comprando, vendendo e distribuindo títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros e nas atividades de administração de carteiras e de custódia de títulos e valores mobiliários. A Corretora faz parte do Conglomerado CGD (Grupo Caixa Geral de Depósitos) e sua atividade iniciou em 01 de setembro de 2005.

Em 07 de maio de 2014, foi aprovado pelos conselheiros da Companhia o acordo operacional entre a “CGD” Investimentos e a “Octo” Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.. O objetivo é a integração do DirectaInvest e da Rico.com.vc, plataforma de investimentos da Octo Corretora. Essa operação insere-se no processo de aquisição de uma participação de 51% pela CGD no capital social da Octo. Como parte do processo de aquisição, a Corretora adquiriu debêntures conversíveis em ações e com participação no lucro, emitidas pela holding controladora da Octo Corretora, no valor de R\$ 6.438. O referido processo de aquisição se encontra em fase de aprovação no Banco Central do Brasil.

Em 25 de novembro de 2014, foi aprovado pelos conselheiros da Companhia a nova estratégia de redução gradativa dos negócios da Companhia. Ficou autorizada ainda a rescisão de contratos celebrados entre a Companhia e a BM&FBOVESPA.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e são elaboradas com observância das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, embora nem todos tenham sido homologados pelo BACEN. Desta forma, a Corretora, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- a) CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- b) CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- c) CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;

- d) CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.939/11;
- e) CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- f) CPC 24 - Evento subsequente- homologada pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- g) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; e
- h) Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN aprovará os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, nem se a adoção dos mesmos será feita de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Em 20 de março de 2015, foi autorizada pela Administração a conclusão das demonstrações financeiras, as quais foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem os preceitos do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, quando aplicável, e da Lei das Sociedades por Ações.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

Apresentamos a seguir o resumo das principais práticas contábeis:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre os ativos e passivos indexados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a noventa dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez e demais operações ativas e passivas

As operações com cláusula de atualização monetária ou cambial e as operações com encargos prefixados estão registradas a valor presente e calculadas “pró-rata” dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados.

d) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular n.º 3.068/01, do BACEN, os títulos e valores mobiliários da Corretora são classificados nas categorias “títulos para negociação” e “títulos mantidos até o vencimento”.

Os títulos classificados na categoria de “títulos para negociação” são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre/exercício, sendo classificados no Ativo Circulante, independente do seu vencimento.

Os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” são aqueles para os quais a Administração tem intenção e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Esses títulos são registrados pelo seu valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos. O ágio e deságio, quando aplicável, são apropriados ao resultado em função dos prazos de vigência dos títulos.

e) Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular nº 3.082/02 do BACEN, e a Carta-Circular nº 3.026/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações de “swaps” são contabilizados em conta de ativo e/ou passivo, respectivamente, apropriado como receita e/ou despesa “pro rata” dia até a data das demonstrações financeiras.

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelos seus valores de mercado e a valorização ou desvalorização reconhecida no resultado do semestre/exercício.

As posições desses instrumentos financeiros têm seus valores referenciais registrados em contas de compensação.

A avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é feita descontando-se os valores futuros a valor presente pelas curvas de taxas de juros construídas por metodologia própria, a qual se baseia principalmente em dados divulgados pela BM&FBOVESPA. Se não houver cotação de preços de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços e modelos de cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

f) Negociação e intermediação de valores

Demonstradas pelo valor de operações de compra e venda de ações e ativos financeiros realizadas nas bolsas de valores e de futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

g) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, compostas por operações de conta margem, são registradas pelo valor pactuado e atualizadas “pró-rata” dia, pela taxa de juros pactuada.

Tais operações são classificadas quanto ao nível de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), de acordo com o julgamento da Administração, e consideram, principalmente, as garantias envolvidas nessas operações.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, é constituída em montante suficiente para cobrir prováveis perdas.

As operações de crédito classificadas no nível de risco H, após decorrido prazo de 180 dias desta classificação, são baixadas para prejuízo.

h) Outros valores e bens

São compostos por valores pagos antecipadamente, conforme previsão contratual e sua amortização é apropriada pelo seu prazo de vigência. A amortização destes contratos ocorre até 12 meses.

i) Investimentos

Os investimentos estão registrados ao custo, deduzidos de provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado e intangível

Demonstrados ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas depreciações ou amortizações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, utilizando-se taxas que levam em conta a vida útil estimada dos bens, ou seja, 10% a.a. para móveis e equipamentos e 20% a.a. para sistemas de processamento de dados.

O intangível é composto por licenças de uso de software e desenvolvimento de plataformas tecnológicas.

Conforme disposto na Resolução CMN nº 3.617/08, são registrados no diferido, exclusivamente despesas pré-operacionais e gastos de reestruturação. Os saldos constituídos até a data do normativo permanecerão no grupo contábil até sua baixa.

k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09.

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabe mais nenhum recurso;
- **Provisões para riscos** - são avaliados por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas;
- **Passivos contingentes** - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota;
- **Obrigações legais: Fiscais e Previdenciárias** - referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente; e

- **Contrato Oneroso** - é um contrato no qual, apesar de ainda não concluído, ou até mesmo iniciado, já apresenta prejuízo decorrente da existência de custos inevitáveis que excedem os benefícios econômicos esperados do contrato.

l) **Redução ao valor de recuperação**

O CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos estabelece a necessidade de as entidades efetuarem uma análise periódica para verificar o grau de valor recuperável das despesas antecipadas e dos ativos imobilizado, diferido e intangível.

A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros “*impairment*” é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substancial, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo, anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos.

m) **Imposto de renda e contribuição social corrente**

O imposto de renda é calculado pela alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 no exercício, ajustados pelas adições e exclusões previstas na legislação. A contribuição social é calculada pela alíquota de 15% sobre o lucro ajustado na forma da legislação em vigor.

n) **Uso de estimativas**

Estas demonstrações financeiras incluem estimativas que foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação a valores de mercado de títulos e valores mobiliários, a provisão para créditos de liquidação duvidosa e a provisão para riscos contingentes. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Disponibilidades	479	639
Aplicações interfinanceiras de liquidez	<u>28.960</u>	<u>55.608</u>
Total	<u>29.439</u>	<u>56.247</u>

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2014		2013	
	<u>Até 3 meses</u>	<u>Total</u>	<u>Até 3 meses</u>	<u>Total</u>
Aplicações em operações compromissadas	3.201	3.201	4.891	4.891
Aplicações em depósitos interfinanceiros	<u>25.759</u>	<u>25.759</u>	<u>50.717</u>	<u>50.717</u>
Total	<u>28.960</u>	<u>28.960</u>	<u>55.608</u>	<u>55.608</u>

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**a) Títulos e valores mobiliários**

	2014		2013	
	<u>Valor de custo</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Valor de custo</u>	<u>Valor de mercado</u>
Títulos para negociação:				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	19.494	19.475	57.754	57.750
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	115	117
Cotas de Fundos de Investimentos	-	-	14.548	14.548
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	-	-	30	30
Total de títulos para negociação	<u>19.494</u>	<u>19.475</u>	<u>72.447</u>	<u>72.445</u>
Títulos mantidos até o vencimento:				
Debentures (nota 1)	6.438	6.438	-	-
Total de Títulos mantidos até o vencimento	<u>6.438</u>	<u>6.438</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de títulos e valores mobiliários	<u>25.932</u>	<u>25.913</u>	<u>72.447</u>	<u>72.445</u>

b) Composição por prazo de vencimento

	2014		2013	
	<u>Valor de custo</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Valor de custo</u>	<u>Valor de mercado</u>
Títulos para negociação				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT				
Até 3 meses	1.223	1.222	10.628	10.629
De 3 a 12 meses	575	575	25.427	25.428
De 1 a 3 anos	6.207	6.204	1.935	1.934
De 3 a 5 anos	11.031	11.016	19.498	19.494
Acima de 5 anos	458	458	266	265
Notas do Tesouro Nacional - NTN				
Até 3 meses	-	-	113	114
De 3 a 12 meses	-	-	2	3
Letras de Crédito Imobiliário - LCI				
Até 3 meses	-	-	30	30
Cotas de Fundos de Investimentos sem vencimento	-	-	14.548	14.548
Total de títulos para negociação	<u>19.494</u>	<u>19.475</u>	<u>72.447</u>	<u>72.445</u>
Títulos mantidos até o vencimento:				
Debentures				
Acima de 5 anos	6.438	6.438	-	-
Total de Títulos mantidos até o vencimento	<u>6.438</u>	<u>6.438</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Circulante	19.494	19.475	72.447	72.445
Realizável a longo prazo	6.438	6.438	-	-
Total de títulos e valores mobiliários	<u>25.932</u>	<u>25.913</u>	<u>72.447</u>	<u>72.445</u>

Os títulos e valores mobiliários encontram-se custodiados, conforme o caso, no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC e na CETIP S.A - Mercados Organizados. As cotas de fundos de investimentos encontram-se custodiadas junto aos administradores dos fundos.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é calculado através dos preços de referência de mercado, tais como Anbima e BM&FBOVESPA. Aplicações em cotas de fundo de investimento são atualizadas através do valor da cota informada pelo Administrador e apropriadas mensalmente no resultado.

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

- i. **Política de utilização:** A Corretora utiliza instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, com o propósito de atender às necessidades de gerenciamento de riscos de mercado;
- ii. **Gerenciamento:** O gerenciamento das operações com esses instrumentos financeiros derivativos é efetuado com base nas posições consolidadas por taxas de juros locais, índice de inflação e Dólar;
- iii. **CrITÉrios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado:** Para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, a Corretora utiliza as taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pela BM&FBOVESPA. Os instrumentos financeiros derivativos são segregados nas categorias indexador, contraparte, local de negociação, valores de referência, faixas de vencimento e os valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, as posições dos instrumentos financeiros derivativos são as seguintes:

a) Valores de diferencial a receber e a pagar:

	2014		2013	
	<u>Valor de curva</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Valor de curva</u>	<u>Valor de mercado</u>
Swap - diferencial a receber	13.398	10.676	4.710	6.499
Swap - diferencial a pagar	(6.635)	(5.392)	(4.701)	(6.523)
Total Swap	<u>6.763</u>	<u>5.284</u>	<u>9</u>	<u>(24)</u>

b) Composição do valor de referência por vencimento:

	2014		2013	
	<u>Até 1 ano</u>	<u>Total</u>	<u>Acima de 3 anos</u>	<u>Total</u>
Swap - posição ativa	94.878	94.878	49.840	49.840
Swap - posição passiva	49.840	49.840	49.840	49.840
Total	<u>144.718</u>	<u>144.718</u>	<u>99.680</u>	<u>99.680</u>

c) Composição por indexador:

	2014			2013		
	<u>Valor a receber</u>	<u>Valor a pagar</u>	<u>Valor de referência</u>	<u>Valor a receber</u>	<u>Valor a pagar</u>	<u>Valor de referência</u>
Operações de Swap						
Posição ativa	10.676	-	94.878	6.499	-	49.840
IPCA x DI	5.441	-	49.840	6.499	-	49.840
DOL x DI	5.235	-	45.038	-	-	-
Posição passiva	-	5.392	49.840	-	6.523	49.840
DI x IPCA	-	5.392	49.840	-	6.523	49.840
Total	10.676	5.392	144.718	6.499	6.523	99.680

d) Valor de referência por local de negociação:

	2014	2013
	<u>Bolsa BM&FBOVESPA</u>	<u>Bolsa BM&FBOVESPA</u>
Operações de swap	144.718	99.680
Total	144.718	99.680

e) Resultado com instrumentos financeiros derivativos:

A seguir os ganhos e as perdas (realizados ou não) com swaps e futuros que impactaram o resultado:

	2014			2013		
	<u>Ganho</u>	<u>Perda</u>	<u>Líquido</u>	<u>Ganho</u>	<u>Perda</u>	<u>Líquido</u>
Swap	10.676	5.392	5.284	6.499	6.523	(24)
Futuros	-	115	(115)	-	155	(155)
Total	10.676	5.507	5.169	6.499	6.678	(179)

8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira por modalidade

	2014	2013
Financiamento de conta margem	6	3.383
Total da carteira de crédito	6	3.383
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1)	(1)
Total da provisão	(1)	(1)
Circulante	5	-
Realizável a longo prazo	-	3.382

b) Composição da carteira por setor de atividade:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Setor Privado:		
Pessoa Física	6	3.379
Outros	-	4
Total	<u><u>6</u></u>	<u><u>3.383</u></u>

c) Composição da carteira por vencimento:

	<u>2014</u>		<u>2013</u>	
	<u>Até 360</u>	<u>Total</u>	<u>Acima 360</u>	<u>Total</u>
A vencer				
Financiamento de conta margem	6	6	3.383	3.383
Total	<u><u>6</u></u>	<u><u>6</u></u>	<u><u>3.383</u></u>	<u><u>3.383</u></u>

d) Composição da carteira por nível de risco:

Nível	Faixa de provisão - %	<u>2014</u>		<u>2013</u>	
		<u>Curso normal</u>	<u>Provisão</u>	<u>Curso normal</u>	<u>Provisão</u>
AA	-	5	-	3.382	-
H	100%	1	(1)	1	(1)
Total		<u><u>6</u></u>	<u><u>(1)</u></u>	<u><u>3.383</u></u>	<u><u>(1)</u></u>

e) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Saldo no início do exercício	(1)	(110)
Provisão constituída	(13)	(163)
Reversão de provisão	-	209
Baixas para prejuízo	13	63
Saldo ao final do exercício	<u><u>(1)</u></u>	<u><u>(1)</u></u>

9. OUTROS CRÉDITOS - RENDAS A RECEBER

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Serviços prestados a receber	61	139
Incentivo tesouro direto	-	52
Outras rendas a receber	146	891
Total	<u><u>207</u></u>	<u><u>1.082</u></u>

10. OUTROS CRÉDITOS - NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Caixa de registro e liquidação	10.158	-
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	5.681	22.532
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar	1.517	3.363
Total	<u><u>17.356</u></u>	<u><u>25.895</u></u>

11. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Impostos e contribuições a compensar	1.822	2.289
Créditos renegociados de conta margem	201	251
Devedores por depósitos em garantia (a)	23.402	21.700
Adiantamento e antecipações salariais	-	6
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 22)	3.778	1.120
Outros (b)	<u>1.330</u>	<u>1.609</u>
Total	<u>30.533</u>	<u>26.975</u>
Circulante	5.309	2.986
Realizável a longo prazo	25.224	23.989

(a) Referem-se, principalmente, a depósitos judiciais relacionados à discussão no tocante ao PIS/COFINS, lei 9.718/98 (nota 19a).

(b) Referem-se a reembolsos relacionados a processos trabalhistas e cíveis classificados como probabilidade de perda provável e que estão cobertos por uma conta Escrow junto ao Deutsche Bank.

12. OUTROS VALORES E BENS

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Prêmios de seguro	42	35
Assinaturas e periódicos	2	4
Comissões de carta de fiança	157	101
Contrato de retention	148	60
Contratos de prestação de serviços (a)	733	2.436
Outras	<u>10</u>	<u>8</u>
Total	<u>1.092</u>	<u>2.644</u>
Circulante	1.092	695
Exigível a longo prazo	-	1.949

(a) Em 2013, referem-se, principalmente, a pagamento de prêmios por exclusividade a parceiros que seriam diferidos em média de 2 a 5 anos, revertidos em 2014 em decorrência da nova estratégia de redução gradativa dos negócios da Companhia.

13. IMOBILIZADO

	Taxa anual depreciação	2014			2013	
		Custo	Depreciação acumulada	Impairment	Valor líquido	Valor líquido
Instalações, móveis e equipamento de uso	10%	1.868	(600)	(515)	753	1.375
Comunicação	10%	188	(85)	(3)	100	119
Processamento de dados	20%	2.519	(2.195)	(9)	315	697
Veículos	20%	<u>363</u>	<u>(145)</u>	-	<u>218</u>	<u>290</u>
Total		<u>4.938</u>	<u>(3.025)</u>	<u>(527)</u>	<u>1.386</u>	<u>2.481</u>

Em 31 de dezembro de 2014, foi constituídas provisões para desvalorização de bens do ativo imobilizado no montante de R\$ 527. Os demais ativos não estão sensíveis a qualquer indicativo de impairment.

14. INTANGÍVEL

		2014			2013
	<u>Taxa anual amortização</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Impairment</u>	<u>Valor líquido</u>
Softwares	20%	8.788	(4.415)	(338)	4.035
					3.497

Em 31 de dezembro de 2014, foi constituída provisão para desvalorização de ativos intangíveis no montante de R\$ 338. Os demais intangíveis estão relacionados ao contrato de investimento que prevê a transferência para Octo na forma de aumento de capital social.

15. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

No Exterior – é representada por recursos captados de banco no exterior no valor principal de R\$ 45.000 incorrendo à variação cambial da respectiva moeda, acrescida de taxa de juros anual (LIBOR) + 1,75% ao ano, com vencimento em 03/09/2015, e apresenta saldo de R\$ 53.657.

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	2014	2013
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar (a)	1.930	2.659
Impostos e contribuições a recolher	387	593
Provisão para riscos fiscais (nota 19)	<u>17.048</u>	<u>15.861</u>
Total	<u>19.365</u>	<u>19.113</u>
Circulante	1.352	2.399
Exigível a longo prazo	18.013	16.714

(a) Refere-se à obrigação legal de auto de infração sobre imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido do ano base de 2008, da qual, através de acordo, a Corretora vem efetuando o pagamento de forma parcelada. A opção pelo parcelamento dos impostos e contribuições sobre lucros a pagar foi efetivada em janeiro de 2012, com o valor total de R\$ 3.840, dividido em 60 parcelas de R\$ 64, atualizadas mensalmente pela taxa de juros Selic.

17. OUTRAS OBRIGAÇÕES - NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIACÃO DE VALORES

	2014	2013
Caixa de registro e liquidação	135	5.231
Credores - Conta Liquidações Pendentes	<u>20.173</u>	<u>128.778</u>
Total	<u>20.308</u>	<u>134.009</u>

18. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	2014	2013
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas (a)	916	938
Provisão para despesas de pessoal	1.275	1.491
Fornecedores a pagar (b)	3.902	1.853
Outras	<u>1.462</u>	<u>165</u>
Total	<u>7.555</u>	<u>4.447</u>
Circulante	6.639	3.509
Exigível a longo prazo	916	938

- (a) Refere-se, principalmente, a ações trabalhistas de ex-funcionários da Corretora que estão sendo discutidos na esfera judicial e que o assessor jurídico julga como “provável” a perda (nota 19 b).
- (b) Refere-se, principalmente, a provisões relacionadas a contratos onerosos e retenções.

19. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas:

<u>Descrição</u>	<u>2014</u>		<u>2013</u>	
	<u>Provisão</u>	<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Provisão</u>	<u>Depósitos judiciais</u>
Provisões fiscais (a):				
PIS	2.383	3.120	2.217	2.872
COFINS	<u>14.665</u>	<u>19.196</u>	<u>13.644</u>	<u>17.669</u>
Provisões para riscos fiscais:	17.048	22.316	15.861	20.541
Provisões para riscos cíveis:	24	19	92	30
Provisões para riscos trabalhistas:	892	1.067	846	1.129
Total	17.964	23.402	16.799	21.700

- (a) Refere-se à discussão no tocante ao PIS/COFINS, lei 9.718/98, onde questiona a legalidade, incidência e constitucionalidade do tributo. Na análise de nossos assessores jurídicos, julga como possível às chances de êxito.

b) Movimentação das provisões para riscos:

	<u>Fiscais</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2012	14.137	441	106	14.684
Constituição	1.724	555	58	2.337
Baixas	-	(150)	(72)	(222)
Saldo em 31/12/2013	<u>15.861</u>	<u>846</u>	<u>92</u>	<u>16.799</u>
	<u>Fiscais</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2013	15.861	846	92	16.799
Constituição	1.187	610	-	1.797
Baixas	-	(564)	(68)	(632)
Saldo em 31/12/2014	<u>17.048</u>	<u>892</u>	<u>24</u>	<u>17.964</u>

No tocante aos processos que os assessores jurídicos da Corretora julgam como “possível” existe “procedimento administrativo” sobre “auto de infração” na cobrança de Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e COFINS sobre a desmutualização dos títulos patrimoniais das bolsas que montam R\$ 30.849 (R\$ 28.640 em 2013).

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Nos exercícios foram apurados prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL, conforme demonstrados abaixo:

	2014		2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(24.325)	(24.325)	(15.128)	(15.128)
Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	6.081	3.649	3.782	2.269
Efeitos tributários sobre (adições) / exclusões permanentes:				
Despesas indedutíveis / receitas não tributáveis	(1.085)	(1.808)	(560)	(338)
Total	4.996	1.841	3.222	1.931
Constituição de ativo fiscal diferido	4.996	1.841	3.222	1.931
Baixa de ativo fiscal diferido	-	-	(29.384)	(17.631)
Crédito tributário não constituído	(4.996)	(1.841)	-	-
Ativo Fiscal Diferido	-	-	(26.162)	(15.700)

Em 31 de dezembro de 2013, a Administração da Corretora avaliou que não possuía histórico de lucros ou receitas tributárias para fins de imposto de renda e contribuição social futuros projetados em estudo técnico, e que não realizou em dois períodos consecutivos, 50% ou mais dos valores previstos em seu estudo técnico.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2014, não estão contabilizados créditos tributários sobre prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social e também por provisões temporariamente indedutíveis no montante de R\$ 53.852 (R\$ 47.015 em 2013), sendo que R\$ 33.658 (R\$ 29.384 em 2013) de Imposto de Renda e R\$ 20.194 (R\$ 17.631 em 2013) de Contribuição Social. Os benefícios do imposto de renda e da contribuição social serão reconhecidos quando efetivamente realizados ou quando as perspectivas para sua recuperação se tornarem factíveis, de acordo com as regras estabelecidas na Resolução CMN nº 3.059/02.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social subscrito e integralizado, está representado por 27.977.048 ações, sem valor nominal sendo 13.988.524 ordinárias e 13.988.524 ações preferenciais dividido em partes iguais para o Caixa - Banco de Investimento S.A e Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

b) Destinações do lucro líquido

O estatuto assegura aos acionistas um dividendo mínimo correspondente a 10% do lucro líquido do exercício, ajustados nos termos da legislação societária.

c) Reserva de Lucros

A reserva de lucros é constituída em comprimento das exigências estabelecidas na legislação e conforme previsto na Resolução CMN 3.605/08.

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Corretora realiza operações com partes relacionadas e suas informações são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 3.750/09, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, considerando-se ausência de risco, conforme abaixo:

	<u>Grau de relação</u>	<u>2014</u>		<u>2013</u>	
		<u>Ativo (passivo)</u>	<u>Receitas (despesas)</u>	<u>Ativo (passivo)</u>	<u>Receitas (despesas)</u>
Disponibilidades					
Banco Caixa Geral - Brasil S.A.	Controladora	184	-	184	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez					
Banco Caixa Geral - Brasil S.A.	Controladora	25.011	6.907	50.018	6.085
Outros créditos					
Caixa - Banco de Investimento	Controladora	3.778	4.325	1.120	2.800
Instrumentos financeiros derivativos					
Banco Caixa Geral - Brasil S.A.	Controladora	(5.392)	(4.017)	(6.523)	(6.523)
Banco Caixa Geral - Brasil S.A.	Controladora	5.235	5.235	-	-
Obrigações por empréstimos					
Banco Nacional Ultramarino, S.A.	Outras partes relacionadas	(53.657)	(8.657)	-	-

O pessoal chave da Administração, composto por seu corpo diretivo, obteve remuneração no exercício no montante de R\$ 1.170 (R\$ 1.492 em 2013) caracterizada como benefício de curto prazo. A Corretora não possui outros benefícios.

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS - ACORDO DA BASILÉIA

A Corretora adotou estrutura voltada para o gerenciamento e mitigação dos riscos inerentes das operações intermediadas. A Diretoria aprovou a estrutura, políticas, sistemas, formas de monitoramentos e procedimentos relacionados a identificar atividades que estejam sendo realizadas em descumprimento às determinações dos normativos e legislação vigentes dos órgãos reguladores. A estrutura de controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez e Operacional da Corretora é feita de forma consolidada, pelo líder do Conglomerado Financeiro, Banco Caixa Geral - Brasil S.A., e visa assegurar que as diversas unidades estão seguindo as políticas e os procedimentos estabelecidos. Uma descrição mais detalhada da estrutura de riscos está disponível no site www.bcgbrasil.com.br/Divulgacao-informacoes/Gestao-Risco.

Conforme previsto na Resolução CMN nº 3.490/07, a apuração do Patrimônio de Referência Exigido - PRE para integrantes de conglomerado financeiro deve ser calculado de forma consolidada. Desta forma, a apuração do índice da Basileia da CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A apresentado pelo Conglomerado da CGD em 31 de dezembro de 2014 é de 19% (24% em 2013).

24. RESULTADO DE OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	7.682	6.979
Resultado com títulos de renda fixa	4.360	7.557
Ajustes ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários	<u>(17)</u>	<u>11</u>
Total	<u>12.025</u>	<u>14.547</u>

25. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Corretagem de operações em Bolsas	20.909	26.562
Comissão de colocação de títulos	488	1.886
Rendas de administração de fundos e clubes de investimentos	723	960
Rendas de serviços prestados a ligadas	4.325	2.800
Outras	<u>1.787</u>	<u>179</u>
Total	<u>28.232</u>	<u>32.387</u>

26. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Comunicação	(8.857)	(9.784)
Processamento de dados	(4.771)	(4.532)
Serviços do sistema financeiro	(1.800)	(2.167)
Outras despesas indedutíveis (a)	(3.335)	-
Serviços técnicos especializados	(1.350)	(1.378)
Aluguel, água, energia e gás	(1.607)	(1.723)
Serviço de terceiros	(747)	(1.142)
Depreciação e amortização	(1.517)	(2.006)
Provisão para impairment do ativo permanente	(865)	-
Viagens	(116)	(215)
Transportes	(158)	(222)
Seguros	(106)	(67)
Propaganda, publicidade e relações públicas	(356)	(1.064)
Outras	<u>(1.645)</u>	<u>(1.911)</u>
Total	<u>(27.230)</u>	<u>(26.211)</u>

(a) Refere-se, principalmente, a provisões relacionadas a contratos onerosos.

27. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
COFINS	(1.338)	(2.003)
ISS	(1.157)	(1.460)
PIS	(218)	(326)
Tributos municipais	(96)	(99)
Outras	<u>(19)</u>	<u>(26)</u>
Total	<u>(2.828)</u>	<u>(3.914)</u>

28. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Recuperação de encargos e despesas	-	17
Atualização de depósito judicial	1.777	652
Tesouro direto	-	13
Reversão de provisões operacionais	1.000	-
Outros	14	99
Total	<u>2.791</u>	<u>781</u>

29. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Repasses de corretagem	(12.557)	(14.274)
Comissões sobre carta de fiança	(558)	(71)
Liquidação de operações em Bolsa	(121)	(302)
Atualização de impostos	(1.144)	(1.103)
Outras despesas	(70)	(410)
Total	<u>(14.450)</u>	<u>(16.160)</u>
